



Conglomerado Financeiro Original

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original, composto pelo Banco Original S.A. e pelo Banco Original do Agronegócio S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conglomerado vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a Matone Participações S.A., a rede de lojas Bem Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta. Dessa forma, o Conglomerado deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados e se prepara para direcionar seus esforços para as demais carteiras comerciais de crédito, financiamento, investimento, crédito rural e câmbio.

Além disso, conta com uma mesa de operações com profissionais experientes, tomando posições proprietárias e direcionais em taxas de juros e diferencial de preços, dentro dos limites exigidos pela legislação em vigor.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Conglomerado encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Cenário Econômico

Contexto Macroeconômico

No Brasil, a trajetória de queda da produção industrial se manteve durante todo o primeiro semestre e a quebra na safra de culturas importantes, como a soja, levou à perspectiva de crescimento do PIB deste ano a um nível muito baixo. A taxa de desemprego continuou no seu nível mínimo e os salários seguiram crescendo, mas o crescimento do consumo não foi capaz de reverter os efeitos da redução do investimento e dos estoques. O governo anunciou mais medidas de estímulo, como o incentivo a compra de veículos, mas o crescimento não se recuperou de forma significativa ao longo dos meses. A inflação anual recuou e a política monetária seguiu refletindo o cenário de menor crescimento e inflação em queda, acontecendo, inclusive, a aceleração dos cortes da taxa Selic em determinado momento. As taxas de juros de mercado recuaram com mais força, especialmente no segundo trimestre, enquanto a taxa de câmbio se desvalorizou como reflexo do juro mais baixo no Brasil, controles para a entrada de capital e do pior do ambiente internacional a partir de meados do semestre.

O preço das commodities agrícolas e da carne bovina mostrou trajetórias distintas. O preço da soja passou o semestre em alta, reflexo da menor safra brasileira, enquanto o preço do milho recuou pela grande safra no Brasil e não teve tempo para refletir a alta do preço internacional ao final de junho de 2012. O preço da carne bovina passou o semestre em queda, reflexo do

clima mais favorável para a engorda no pasto e de exportações e consumo doméstico mais contidos.

O segundo semestre de 2012 apresentou duas fases para a economia brasileira. Num primeiro momento, as condições financeiras apresentaram melhora após o anúncio pelo Banco Central Europeu do programa de compras de títulos dos países que pedissem apoio, sujeito a condicionalidades. O prêmio de risco de países como a Espanha se reduziu sensivelmente, ao mesmo tempo em que o Euro se recuperou e as bolsas de valores estenderam o movimento de alta.

A Bovespa acompanhou a valorização global e o Real encontrou a estabilidade após um ano de desvalorização mais intensa. Ao mesmo tempo, vários os indicadores brasileiros, como a venda de veículos, apontaram para a recuperação do crescimento. O desemprego se manteve no patamar mínimo registrado ao longo do ano.

A segunda fase sucedeu a divulgação do PIB brasileiro no terceiro trimestre, quando a decepção com o crescimento acentuou a preocupação com problemas mais estruturais do Brasil. A inflação já mostrava sinais de nova alta e a pressão de alta, num ambiente quase sem crescimento, apontou a deterioração do cenário.

O Banco Central do Brasil estendeu o ciclo de corte de juros até a penúltima reunião do ano, em outubro, quando sinalizou a estratégia de manter a sua taxa básica estável por período prolongado. Houve, antes disso, a redução dos recolhimentos compulsórios, mas a expansão do crédito dos bancos privados não mostrou recuperação e a inadimplência se manteve resiliente.

O Banco Central do Brasil também passou a intervir quando o real iniciou desvalorização adicional ao longo de novembro, apontando que o objetivo de crescimento precisa combinar a preocupação com nova alta da inflação.

Os preços agrícolas e da pecuária mostraram alta no segundo semestre. Os preços do milho e da soja subiram por conta do choque climático nos Estados Unidos, seguidos pela recuperação moderada do preço da arroba da carne bovina após setembro, quando as exportações passaram a crescer com mais força.

Desempenho nos Negócios

Em 2012, o Conglomerado apresentou lucro no exercício de R\$ 151.299 mil, contra um lucro de R\$ 158.548 mil apresentados no exercício de 2011. O total de ativos atingiu R\$ 3.195.790 mil enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 1.923.686 mil (Capital Social - R\$ 2.098.620 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$ 6.718 mil, Reserva de Lucro de R\$ 1.553 e Prejuízo Acumulado - R\$ 183.205 mil).

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 902.998 mil e o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 60.278 mil, em conformidade com a Resolução CMN 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do exercício R\$ 4.226.294 (2011 - R\$ 2.348.828).

Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, *compliance* e regulatório.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor pronunciada pelo BACEN.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2012, foram abertas 71 demandas, todas informadas à Alta Administração do Conglomerado, e constam do relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução BACEN nº 3.849/10.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN 3.198/04, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 30 de abril de 2013



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas do
“Conglomerado Financeiro Original”
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado - Nota 1), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Financeiro Original em 31 de dezembro de 2012, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

São Paulo, 30 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Silbert', written over a horizontal line.

Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

Conglomerado Financeiro Original

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante		<u>2.683.172</u>	<u>2.497.254</u>	Circulante		<u>931.458</u>	<u>1.448.237</u>
Disponibilidades	3.1	<u>1.344</u>	<u>1.312</u>	Depósitos	14	<u>307.260</u>	<u>518.536</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	<u>957.867</u>	<u>48.665</u>	Depósitos a vista		10.565	6.563
Aplicações no mercado aberto		951.063	8.304	Depósitos a prazo		260.237	511.973
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.804	40.361	Depósitos interfinanceiros		36.458	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>950.136</u>	<u>1.556.883</u>	Captações no mercado aberto		<u>61.649</u>	<u>254.642</u>
Carteira própria		681.894	168.350	Carteira própria		50.647	254.641
Vinculados a operações compromissadas		51.236	340.698	Carteira de terceiros		11.002	1
Vinculados à prestação de garantias		174.992	1.033.672	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	<u>197.999</u>	<u>350.640</u>
Instrumentos financeiros derivativos		42.014	14.163	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, cred. e similares		197.999	350.640
Relações interfinanceiras		<u>329</u>	<u>178</u>	Relações interfinanceiras		<u>-</u>	<u>1</u>
Créditos vinculados - Depósitos no BACEN		238	178	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	1
Relação com correspondentes		91	-	Relações interdependências		<u>421</u>	<u>61</u>
Operações de crédito	6	<u>625.903</u>	<u>652.450</u>	Recursos em trânsito de terceiros		421	61
Operações de crédito - setor privado		673.870	800.972	Instrumentos financeiros derivativos	5	<u>42.019</u>	<u>11.506</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(47.967)	(148.522)	Instrumentos financeiros derivativos		42.019	11.506
Outros créditos		<u>112.075</u>	<u>232.197</u>	Obrigações por repasses no país - instituições oficiais		<u>16.225</u>	<u>-</u>
Carteira de câmbio	8	2.706	-	Outras instituições	16	16.225	-
Negociação e intermediação de valores	5.2	697	7.169	Outras obrigações	17	<u>305.885</u>	<u>312.851</u>
Créditos tributários	9	51.184	165.656	Carteira de câmbio	8	2.674	-
Títulos e créditos a receber	6	2.216	292	Sociais e estatutárias		81.453	25.012
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(2.221)	(7.428)	Fiscais e previdenciárias	17a	71.977	154.362
Créditos por avais e fianças honrados		-	4.428	Negociação e intermediação de valores		772	552
Diversos	7	57.493	62.080	Diversas	17b	149.009	131.508
Outros valores e bens		<u>35.518</u>	<u>5.569</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	1.417
Despesas antecipadas		1.877	5.569	Passivo exigível a longo prazo		<u>340.646</u>	<u>604.604</u>
Outros valores e bens	10	41.129	-	Depósitos	14	<u>307.655</u>	<u>544.700</u>
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	(15.488)	-	Depósitos a prazo		307.655	508.283
Bens não de uso	10	8.000	-	Depósitos interfinanceiros		-	36.417
Realizável a longo prazo		<u>360.689</u>	<u>1.327.657</u>	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	<u>9.730</u>	<u>27.034</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>300</u>	<u>584.167</u>	Recursos de letras imobiliárias, hipotecária, cred. e similares		9.730	27.034
Carteira própria		-	584.167	Instrumentos financeiros derivativos		<u>13</u>	<u>36</u>
Instrumentos financeiros derivativos		300	-	Instrumentos financeiros derivativos		13	36
Operações de crédito	6	<u>216.817</u>	<u>589.578</u>	Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	16	<u>2.027</u>	<u>-</u>
Operações de crédito - Setor privado		229.128	627.848	Outras instituições		2.027	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12.311)	(38.270)	Outras obrigações		<u>20.948</u>	<u>32.834</u>
Outros créditos		<u>143.572</u>	<u>137.092</u>	Diversas	17b	850	32.834
Créditos Tributários	9	143.520	137.092	Subscrições de capital a integralizar	11	20.098	-
Diversos	7	52	-	Resultados de exercícios futuros		<u>273</u>	<u>397</u>
Outros valores e bens		<u>-</u>	<u>16.820</u>	Resultado de Exercícios Futuros		273	397
Outros valores e bens	10	-	18.834	Patrimônio líquido	19	<u>1.923.686</u>	<u>1.887.136</u>
(-) Provisões para desvalorizações	10	-	(15.487)	Capital social de domiciliados no país		2.098.620	2.098.620
Despesas antecipadas		-	13.473	Reservas de lucro		1.553	1.553
Permanente		<u>151.929</u>	<u>115.463</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		6.718	25.640
Investimentos		<u>142.692</u>	<u>104.478</u>	Prejuízo acumulado		(183.205)	(238.677)
Participações em controladas - no país	11	142.088	103.874	Total do passivo		<u>3.195.790</u>	<u>3.940.374</u>
Outros investimentos		604	604				
Imobilizado de uso	12	<u>7.209</u>	<u>6.814</u>				
Outras imobilizações de uso		15.704	13.440				
(-) Depreciações acumuladas		(8.495)	(6.626)				
Diferido	13	<u>2.028</u>	<u>4.171</u>				
Gastos de organização e expansão		8.382	9.935				
(-) Amortizações acumuladas		(6.354)	(5.764)				
Total do ativo		<u>3.195.790</u>	<u>3.940.374</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Financeiro Original

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre 2012	2012	2011
Receitas da intermediação financeira		<u>251.146</u>	<u>839.603</u>	<u>562.430</u>
Operações de crédito	6	125.603	340.283	117.743
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		114.286	269.490	156.524
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5	10.962	230.742	285.696
Resultado de operações de câmbio		295	(912)	2.467
Despesas da intermediação financeira		<u>(115.937)</u>	<u>(191.768)</u>	<u>(187.329)</u>
Operações de captação no mercado		(52.033)	(132.795)	(116.083)
Operações de empréstimos e repasses		(401)	(401)	(11)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.2	(63.503)	(58.572)	(71.235)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>135.209</u>	<u>647.835</u>	<u>375.101</u>
Outras receitas / despesas operacionais		<u>(184.882)</u>	<u>(413.546)</u>	<u>(106.830)</u>
Receitas de prestação de serviços		1.081	1.465	2.343
Despesas de pessoal	21	(29.303)	(49.255)	(24.706)
Outras despesas administrativas	20	(102.722)	(258.824)	(64.321)
Despesas tributárias	22	(9.898)	(34.549)	(20.128)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	1.001	6.389	(744)
Outras receitas operacionais	23	16.626	29.804	2.554
Outras despesas operacionais	23	(61.667)	(108.576)	(1.828)
Resultado operacional		<u>(49.673)</u>	<u>234.289</u>	<u>268.271</u>
Resultado não operacional		<u>286</u>	<u>442</u>	<u>1.824</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>(49.387)</u>	<u>234.731</u>	<u>270.095</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	<u>61.031</u>	<u>(53.751)</u>	<u>(104.613)</u>
Provisão para imposto de renda		10.028	(27.049)	(78.571)
Provisão para contribuição social		5.620	(16.684)	(47.538)
Ativo fiscal diferido		45.383	(10.018)	21.496
Participações nos lucros		<u>(28.422)</u>	<u>(29.682)</u>	<u>(6.934)</u>
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre/ exercício		<u>(16.778)</u>	<u>151.298</u>	<u>158.548</u>
Juros sobre capital próprio		<u>(95.826)</u>	<u>(95.826)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Financeiro Original

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	101.212	-	2.427	-	-	103.639
Homologação da aquisição do Matone pela J&F Participações Financeiras	150.960	1.975.488	-	-	(370.540)	1.755.908
Homologação do BACEN sobre aumento do capital social	1.846.115	(1.846.115)	-	-	-	-
Homologação do BACEN sobre cancelamento do aumento do capital social	-	(129.040)	-	-	-	(129.040)
Homologação do BACEN sobre capitalização das reservas	333	(333)	-	-	-	-
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	25.640	-	25.640
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	158.548	158.548
Destinações:						
Reserva legal	-	-	1.503	-	(1.503)	-
Reservas estatutárias	-	-	4.264	-	(4.264)	-
Realização de reserva estatutária	-	-	(6.641)	-	6.641	-
Dividendos pagos/provisionados	-	-	-	-	(27.559)	(27.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>2.098.620</u>	<u>-</u>	<u>1.553</u>	<u>25.640</u>	<u>(238.677)</u>	<u>1.887.136</u>
Mutações do exercício	<u>1.997.408</u>	<u>-</u>	<u>(874)</u>	<u>25.640</u>	<u>(238.677)</u>	<u>1.783.497</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.098.620	-	1.553	25.640	(238.677)	1.887.136
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(18.922)	-	(18.922)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	151.298	151.298
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(95.826)	(95.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>2.098.620</u>	<u>-</u>	<u>1.553</u>	<u>6.718</u>	<u>(183.205)</u>	<u>1.923.686</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.922)</u>	<u>55.472</u>	<u>36.550</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	2.098.620	-	1.553	15.385	(70.601)	2.044.957
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.667)	-	(8.667)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(16.778)	(16.778)
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(95.826)	(95.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>2.098.620</u>	<u>-</u>	<u>1.553</u>	<u>6.718</u>	<u>(183.205)</u>	<u>1.923.686</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Financeiro Original

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2012	2012	2011
Atividades operacionais			
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre / exercício	(16.778)	151.298	158.548
Ajustes ao lucro do semestre / exercício	(25.360)	2.372	80.749
Juros sobre capital próprio	(95.826)	(95.826)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.287	56.356	71.235
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	2.216	2.216	-
Constituição/ (reversão) de provisão para despesas administrativas	-	5.191	-
Reversão de outras provisões de crédito	(19.712)	(46.150)	-
Resultado de participações em controladas	(1.001)	(6.388)	744
Depreciações e amortizações	1.962	4.153	2.551
Perdas de capital	-	-	(1)
Tributos diferidos	(45.383)	10.018	-
Provisão para passivos contingentes	43.359	44.525	(714)
Prejuízo na alienação de participação societária	-	(685)	-
Resultado na alienação de bens não de uso	(155)	(181)	-
Provisão de participação nos lucros	28.422	29.682	6.934
Perda de capital	66	66	-
Outros	(595)	(605)	-
	<u>1.557.404</u>	<u>1.954.906</u>	<u>(2.974.032)</u>
Variações de ativos e obrigações			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(233.000)	298.355	(40.361)
Redução/ (aumento) em títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.558.145	1.221.156	(1.833.234)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	861	(151)	(22)
(Aumento) redução em relações interdependências	(336)	361	(450)
(Aumento)/redução em operações de crédito	93.666	277.501	(1.019.490)
(Aumento)/redução em outros créditos	(60.455)	113.642	(362.162)
(Aumento) em outros valores e bens	(2.891)	(32.032)	(22.389)
(Redução)/aumento em outras obrigações	201.566	76.198	303.708
Aumento em resultado de exercícios futuros	(152)	(124)	368
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.515.266</u>	<u>2.108.576</u>	<u>(2.734.735)</u>
(Aquisição) de outros investimentos	-	-	(604)
(Aumento) de investimento em empresas controladas	(28.645)	(53.133)	(235.048)
Redução de investimento em empresas controladas	-	21.667	2.005
(Aquisição) de investimentos	(350)	(350)	-
Dividendos e lucros pagos	(25.012)	(27.559)	(2.547)
(Aquisição) de imobilizado de uso	(1.875)	(2.265)	(6.860)
Alienação/baixas de imobilizado de uso	-	-	199
(Redução) do diferido	-	-	(739)
Alienação de bens de não uso	1.395	7.553	-
	<u>(54.487)</u>	<u>(54.087)</u>	<u>(243.594)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento			
Aumento/ (redução) em depósitos	33.146	(448.321)	946.371
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(758.051)	(508.102)	124.566
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(71.892)	(169.945)	152.934
Aumento em obrigações por repasses	18.252	18.252	-
J&F participações financeiras	-	-	1.755.908
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>(778.545)</u>	<u>(1.108.116)</u>	<u>2.979.779</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>682.234</u>	<u>946.373</u>	<u>1.450</u>
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa do início do semestre / exercício	273.755	9.616	8.166
Caixa e equivalentes de caixa do final do semestre / exercício	<u>955.989</u>	<u>955.989</u>	<u>9.616</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>682.234</u>	<u>946.373</u>	<u>1.450</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras combinadas (Consolidadas) do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de crédito, financiamento e investimento, de crédito rural e de crédito imobiliário; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito, de financiamento e de investimento e de câmbio, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2 Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pela Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2012 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro, os mesmos são controlados pela J&F Participações Financeiras Ltda. As demonstrações financeiras do Banco Matone S.A. (antiga denominação do Banco Original S.A.) passaram a integrar a demonstração financeira consolidada de 2011 a partir da data de transferência de controle societário do Banco Matone S.A. para a J&F Participações Financeiras Ltda. quando o mesmo foi homologado pelo BACEN em 18 de agosto de 2011.

Nos procedimentos de consolidação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta consolidação.

Para efeito de consolidação da demonstração do resultado do exercício (DRE) foi considerado o resultado do exercício de 2012 do Conglomerado e para o exercício de 2011 foram considerados os resultados de janeiro a dezembro do Banco Original do Agronegócio S.A. e de agosto a dezembro do Banco Original S.A.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2 Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN 3.604/08.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por moeda nacional e por aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Composição	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	1.344	1.312
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota nº 4)	<u>954.645</u>	<u>8.304</u>
Total	<u><u>955.989</u></u>	<u><u>9.616</u></u>

3.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

3.5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

a. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado.

b. Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajustes de avaliação patrimonial”.

c. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, o Conglomerado não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082/2002, os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

a. Hedge de risco de mercado

Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos Instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado.

b. Hedge de fluxo de caixa

Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de *hedge* contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge*, cujos prazos e taxas são iguais aos do objeto de *hedge*, não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002.

3.6 Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

3.7 Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica “Outros valores e bens”, sendo representadas basicamente por comissões pagas aos correspondentes bancários sobre as contratações de operações de crédito.

Dessa forma, essas comissões são registradas no ativo e, apropriadas ao resultado, simultaneamente quando se correlacionarem com as receitas decorrentes das operações de crédito que a originaram, tendo em vista os prazos dos contratos para as operações de crédito bancadas e, para as operações de créditos cedidas, as comissões são apropriadas no período em que são cedidas.

3.8 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou para ajuste ao valor de mercado.

3.9 Permanente

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data-base.

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR/99, conforme nota explicativa nº 12.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o ativo diferido está representado por despesas pré-operacionais e gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os

valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa.

3.10 Depósitos, captações no mercado aberto e, recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

3.11 Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço e nas operações pré-fixadas, pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica “Outros créditos” e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

3.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, e quando aplicável é realizada a provisão de acordo com a perda histórica das contingências. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, não sendo efetuada provisão contábil, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

3.15 Partes relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 23.

3.16 Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

3.17 Juros sobre capital próprio

Para fins contábeis, os juros sobre capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados nas demonstrações financeiras como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração de resultado.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2012				31/12/2011
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
<u>Aplicações no Mercado Aberto</u>					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	10.003	-	-	10.003	8.304
NTN - Notas do Tesouro Nacional - Série B	90.023	-	851.037	941.060	-
<u>Aplicações em Depósito Interfinanceiros</u>					
Não Ligadas	-	-	3.599	3.599	39.049
Não ligadas - vinculadas ao crédito rural	1.581	1.624	-	3.205	1.312
Total	101.607	1.624	854.636	957.867	48.665

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

5.1 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	Valor de curva/contrato	Ajuste a Mercado	Total	Total
Títulos para negociação - Carteira própria				
<i>Títulos Públicos Federais - Livres</i>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	279.329	3.645	282.974	92.721
Letra Financeira do Tesouro - LFT	62.576	1	62.577	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN -Série B	4.443	955	5.398	5.259
Notas do Tesouro Nacional - NTN -Série F	75.070	2.104	77.174	-
Total	421.418	6.705	428.123	97.980
			<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Disponível para venda - Cotas de fundos - Carteira Própria				
	Valor de curva/contrato		Total	Total
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios		164	164	181.922
Total		164	164	181.922
			<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Disponível para venda - Título de renda variável - Carteira própria				
	Valor de curva/contrato	Ajuste a mercado	Total	Total
Ações de companhias abertas	238.655	11.742	250.397	469.818
Total	238.655	11.742	250.397	469.818
			<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Disponível para venda - Certificado de Recebíveis Imobiliários- Carteira própria				
	Valor de curva/contrato	Ajuste a Mercado	Total	Total
Títulos privados	3.210	-	3.210	2.797
Total	3.210	-	3.210	2.797

Conglomerado Financeiro Original
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor de curva/contrato	Ajuste a Mercado	Total	Total
Títulos para negociação - Vinculados a operações compromissadas				
<u>Títulos Públicos Federais</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	50.620	616	51.236	323.425
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	-	-	-	17.273
Total	50.620	616	51.236	340.698
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor de curva/contrato	Ajuste a Mercado	Total	Total
Títulos para negociação - Vinculados à prestação de garantias				
<u>Títulos Públicos Federais</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	164.627	2.268	166.895	928.402
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	6.664	1.433	8.097	4.857
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	100.413
Total	171.291	3.701	174.992	1.033.672

- a. Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), as cotas de fundos de investimento e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).
- b. Os valores de mercado dos títulos foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&F Bovespa ou agentes de mercado, quando necessário.
- c. Os valores de mercado das ações de companhia aberta foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela BM&F Bovespa. Tais ações encontram-se classificadas como “títulos disponíveis para venda”, havendo consequente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no Patrimônio Líquido, considerando os efeitos tributários. As ações de companhia aberta estão compostas por 3.447.999 ações da Vigor Alimentos S.A. (VIGR3) totalizando R\$ 19.999 e 38.399.729 ações da JBS S.A. (JBSS3) totalizando R\$ 230.398.
- d. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários referem-se à aquisição de CRI subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A. Estes papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela TR.
- e. As cotas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) estão contabilizadas pelo valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos. A remuneração das cotas subordinadas corresponde à parcela do lucro apurado nos respectivos fundos, após a alocação dos rendimentos estabelecidos no estatuto às cotas seniores e apropriação das demais despesas inerentes aos fundos. As cotas dos fundos de investimentos foram classificadas no Balanço Patrimonial em curto prazo, de acordo com o vencimento das carteiras de operações de crédito que o Banco cedeu aos respectivos fundos.

Fundo de Investimentos	31/12/2012		31/12/2011	
	EMA	MATONE	EMA	MATONE
Saldo das quotas subordinadas - R\$	-	164	41.765	140.157
Patrimônio Líquido do fundo - R\$	-	164	60.267	522.121
Quantidade de quotas subordinadas	-	239	9.074.820	84.844
Relação mínima exigida pelo regulamento:				
PL do fundo sobre valor das quotas seniores	0%	0%	117%	118%

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Conglomerado realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às suas necessidade e as de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou, comprar ou vender instrumentos financeiros, nos termos e datas especificados nos contratos, ou, ainda compromissos para trocar pagamentos futuros de juros, tendo como finalidade reduzir a exposição a riscos nos respectivos mercados.

Descrição	2012			2011		
	Custo - Valor a receber/ (a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Total	Valor referencial dos contratos	Ajuste ao valor de mercado	Valor referencial dos contratos
Compra / Venda de NDF a receber/(pagar)	(134)	79	(55)	41.836	(12)	10.118
Contratos de opções a receber/(pagar)	-	-	-	-	(1.394)	368.510
Contratos de Swap a receber/(pagar)	61	276	337	45.171	302	49.202
Contratos no mercado futuro a receber/(pagar)	-	-	-	8.361.147	-	30.603.031
	<u>(73)</u>	<u>355</u>	<u>282</u>	<u>8.448.154</u>	<u>(1.104)</u>	<u>31.030.861</u>

Operações de NDF por Indexador

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	62	121	12.450	12.429
Commodities	35	34	101	103
Pré fixado	-	-	1.355	1.358
Dólar	27	87	10.994	10.968
Posição passiva	(196)	(176)	(11.482)	(11.471)
Commodities	(5)	(6)	(1.365)	(1.353)
Pré fixado	-	-	(10.117)	(10.118)
Dólar	(191)	(170)	-	-
Diferencial líquido	(134)	(55)	968	958

Conglomerado Financeiro Original
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012		2011		
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor referencial do contrato	Valor de curva	Valor de mercado
Operações de SWAP por indexador					
Posição ativa	78	357	45.171	1.095	1.389
Commodities	3	7	529	192	314
Pré-fixado	25	20	28.550	174	167
Dólar	-	-	1.173	729	908
CDI	-	30	7.236	-	-
IPCA	50	300	7.683	-	-
Posição passiva	(17)	(20)	(45.171)	(26)	(18)
Commodities	(7)	(10)	(529)	(25)	(18)
Pré-fixado	-	(3)	(28.550)	(1)	-
Dólar	(1)	(7)	(1.173)	-	-
CDI	(9)	-	(7.236)	-	-
IPCA	-	-	(7.683)	-	-
Diferencial líquido	61	337	-	1.069	1.371

Operações de opções por indexador

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	-	-	1.461	345
Commodities	-	-	91	60
Dólar	-	-	1.370	285
Posição passiva	-	-	-	-
Diferencial líquido	-	-	1.461	345

Classificação e vencimento

Instrumentos Financeiros	31/12/2012				31/12/2011
	Até 180 Dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360	Total	Total
Derivativos					
Descrição					
Operações NDF a receber/pagar	35	(90)	-	(55)	958
Operações SWAP a receber/pagar	17	33	287	337	1.371
Opções	-	-	-	-	345
Total	52	(57)	287	282	2.674

Conglomerado Financeiro Original
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Os ajustes líquidos a pagar e a receber em D+1 nos montantes de R\$ (154) (R\$ 6.617 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente, referentes a contratos no mercado futuro de boi gordo, milho, DI, dólar e índice futuro da BM&F foram registrados no balanço patrimonial na rubrica “Negociação e intermediação de valores”.

Operações de Futuros por Indexador	Valor contratado				31/12/2012	31/12/2011
		Até 180 Dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360	Total	Total
Posição						
Commodities	95	95	-	-	95	
DDI	124.449	10.013	81.741	32.695	124.449	
DI	8.210.000	24.000	101.500	8.084.500	8.210.000	30.603.031
Dólar	26.603	26.603	-	-	26.603	
Total	8.361.147	60.711	183.241	8.117.195	8.361.147	30.603.031

O valor notional das operações de futuros em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 8.361.147 (2011 – R\$ 30.603.031).

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros (BM&FBovespa), foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 174.992 (2011- R\$ 1.033.672), representados por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional (NTN) - Série B (NTN-B) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), e na Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros de São Paulo - BM&FBovespa.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2ºSemestre			31/12/2012			31/12/2011
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
SWAP	456	(673)	(217)	1.720	(2.482)	(762)	11.614
Opções	63	(518)	(455)	640	(654)	(14)	(2.535)
NDF	1.767	(938)	829	4.139	(4.179)	(40)	1.450
DI	28.627	(17.150)	11.477	485.872	(248.828)	237.044	270.705
DDI	5.891	(4.888)	1.003	6.767	(6.130)	637	1.277
BGI	2.665	(3.901)	(1.236)	4.592	(4.197)	395	(621)
MOEDAS	1.872	(2.099)	(227)	7.595	(5.000)	2.595	3.806
ÍNDICE	58	(115)	(57)	293	(6.802)	(6.509)	-
MILHO	952	(650)	302	967	(1.168)	(201)	-
DÓLAR	-	(457)	(457)	-	(2.403)	(2.403)	-
	42.351	(31.389)	10.962	512.585	(281.843)	230.742	285.696

A valorização a mercado dos instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária através de curvas de mercado, onde os vértices são baseados em títulos e indexadores negociados em bolsa de valores.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros compõem-se de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo:

Gerenciamento de Risco

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada utilizando práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos, do valor de risco da carteira, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços dos ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras no mercado onde atua.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos na nota explicativa nº 28.

- (a) Risco de crédito: decorre da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor, onde a área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações de tesouraria, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução CMN nº 2.682/1999, permitindo a classificação de risco de toda a sua base de clientes. A concessão de crédito utiliza-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.
- (b) Risco de mercado: é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.
- (c) Risco de liquidez: é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
- (d) Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.

6 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

6.1 Composição por produto

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Adiantamento a depositante		
Adiantamento a depositante	3	-
	<u>3</u>	<u>-</u>
Empréstimos		
C.D.C.A.	2.188	3.003
C.P.R. (*)	393.307	358.683
Capital de giro	207.882	320.029
Cheque especial	32	31
C.C.B.	1.430	181.763
Empréstimo consignado	142.460	464.942
	<u>747.299</u>	<u>1.328.451</u>
Conta garantida		
Conta corrente garantida	35.617	25.773
	<u>35.617</u>	<u>25.773</u>
C.C.I		
C.C.I.	7.432	-
	<u>7.432</u>	<u>-</u>
Outros financiamentos		
Financiamentos a produção para exportação	83.891	14.777
Financiamento habitacional	12.374	59.819
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.382	-
	<u>112.647</u>	<u>74.596</u>
Outros créditos		
Fiança honrada	-	4.428
Outros créditos com característica de concessão de crédito	2.216	-
Devedores p/ compra de valores e bens - outros créditos	52	100
	<u>2.268</u>	<u>4.528</u>
Total da carteira de crédito	905.266	1.433.348
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.278)	(186.792)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.221)	(7.428)
	<u><u>842.767</u></u>	<u><u>1.239.128</u></u>

- (*) A CPR (Cédula de Produto Rural), representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

6.2 Composição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

A abertura da posição “A vencer” e “Vencida” refere-se às parcelas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2012. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de “rating” e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Nível de risco	31/12/2012				31/12/2011	
	Carteira a Vencer	Carteira Vencida	Valor da Provisão	% da Provisão	Valor da Provisão	% da Provisão
A	333.433	1.712	(1.676)	2,68%	4.678	2,51%
B	243.981	11.918	(2.559)	4,09%	806	0,43%
C	82.437	85.757	(5.047)	8,08%	5.864	3,14%
D	63.641	13.176	(7.681)	12,29%	2.250	1,20%
E	17.047	8.425	(7.642)	12,23%	618	0,33%
F	690	7.929	(4.310)	6,90%	5.325	2,85%
G	16	5.104	(3.584)	5,73%	17.695	9,47%
H	2.520	27.480	(30.000)	48,00%	149.556	80,07%
Total	743.765	161.501	(62.499)	100%	186.792	100%

31/12/2012

31/12/2011

Movimentação da PCLD

Saldo no início do exercício	186.792	6.591
Aquisição do Banco Matone S.A	-	25.035
Constituições	125.690	352.488
Reversões	(12.500)	(103.302)
Baixa para Prejuízo	(237.488)	(94.020)
Saldo no final do exercício	62.494	186.792

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Provisão Outros Créditos</u>		
Saldo no início do exercício	7.428	-
Provisão aquisição matone	-	23.922
Constituições	32	-
Reversões	(7.455)	(16.494)
	5	7.428
	31/12/2012	31/12/2011
<u>Provisão Crédito Cedido com Coobrigação</u>		
Saldo no início do exercício	47.289	32.260
Constituição	87	15.029
Reversão	(47.282)	-
	94	47.289

A provisão constituída para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada no balanço patrimonial na rubrica “Outras obrigações – diversas” no montante de R\$ 94 (R\$ 47.289 em 2011).

Os créditos recuperados no exercício totalizaram um valor de R\$ 27.592 (2011 - R\$ 4.001) e as renegociações de crédito atingiram R\$ 22.450 (2011 – R\$ 247.165). No exercício o volume da carteira cedida sem coobrigação, com instituições financeiras, representa o valor de R\$ 2.634.359 (2011 - R\$ 431.067) cedidos para fundos e instituições financeiras. O saldo da carteira cedida com coobrigação em 31 de dezembro de 2012 representa R\$ 2.841 (2011 - R\$ 467.016).

O gerenciamento de risco de crédito está descrito na nota explicativa nº 28.

6.3 Carteira de crédito por Concentração

	31/12/2012				31/12/2011	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% da Provisões	Valor	% da Carteira
10 maiores devedores	375.239	41,45%	9.218	14,75%	537.298	37,49%
50 maiores devedores seguintes	248.940	27,50%	42.785	68,46%	316.464	22,08%
100 maiores devedores seguintes	119.672	13,22%	7.156	11,45%	82.336	5,74%
Demais devedores seguintes	161.415	17,83%	3.335	5,34%	497.250	34,69%
	905.266	100%	62.494	100%	1.433.348	100%

6.4 Carteira de crédito por ramo de atividade e vencimento

	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>	
	Carteira	A Vencer	A Vencer acima	Total	Total
	Vencida	até 360 dias	de 360 dias		
Setor privado					
Rural	9.257	47.064	550	56.871	127.893
Indústria	3.971	9.741	6.250	19.962	67.437
Comércio	10.348	111.300	22.057	143.705	50.699
Outros serviços	10.406	76.463	55.585	142.454	375.262
Pessoa física	105.278	292.257	144.738	542.274	805.108
Habitação	-	-	-	-	6.949
	<u>139.260</u>	<u>536.825</u>	<u>229.180</u>	<u>905.266</u>	<u>1.433.348</u>

6.5 Resultado operações de crédito

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Rendas de Operações de Crédito	185.385	448.051	143.932
Resultado de Cessão (a)	(59.782)	(107.768)	(26.189)
	<u>125.603</u>	<u>340.283</u>	<u>117.743</u>

- (a) Durante o exercício de 2012 e 2011 o Conglomerado apresentou resultado negativo nas operações de cessões de crédito, em decorrência das recompras das carteiras cedidas em períodos anteriores e consequente estorno da receita, registrada quando da cessão.

7 Outros créditos – Diversos

7.1 Outros créditos – Diversos

<u>Composição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos e contribuições antecipados e a compensar	39.582	11.187
Impostos de renda e contribuições diferidos	-	-
Depósitos judiciais	5.167	4.892
Valores a receber de correspondentes bancários (a)	-	11.074
Valores a receber de sociedades ligadas	1.137	20.245
Adiantamento de comissão pessoas ligadas	-	9.471
Adiantamentos diversos	6.359	112
Cessão de credito com compartilhamento de resultados	-	2.998
Outros devedores	5.300	2.101
Total	<u>57.545</u>	<u>62.080</u>

- (a) Esse montante refere-se principalmente a valores de contratos de empréstimos consignados originados em desacordo com as normas estabelecidas pelo Banco e a valores de empréstimos liquidados pelo cliente, onde os valores foram depositados em juízo pelo correspondente.

8 Carteira de câmbio

a. Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2012. Em 2011 os direitos a receber e as obrigações oriundas das transações no mercado de câmbio, encontravam-se liquidadas.

	31/12/2012
Ativo - Outros créditos	
Câmbio comprado a liquidar	1.364
Direitos sobre venda de câmbio	1.342
	2.706
Passivo - Outras obrigações	
Outros	32
Câmbio vendido a liquidar	(1.339)
Obrigações por compras de câmbio	(1.367)
	(2.674)

O valor das operações de câmbio de 31 de dezembro de 2012 foi liquidado em D+1.

9 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas “Outros créditos – diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias”, respectivamente.

9.1 Movimentação dos créditos e débitos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Créditos fiscais diferidos		
Saldo inicial	302.748	4.245
Saldo inicial adquirido - Banco Matone S.A	-	98.537
Constituições	56.666	204.021
Reversões	(164.710)	(4.055)
Saldo final	194.704	302.748
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Débitos fiscais diferidos		
Saldo inicial	125.169	-
Saldo inicial adquirido - Banco Matone S.A	-	2.525
Constituições	42.409	122.644
Reversões	(157.684)	-
Saldo final	9.894	125.169

9.2 Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS

<u>Ativos fiscais diferidos</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo fiscal	257.531	295.615
Crédito de imposto de renda sobre prejuízo fiscal - 25%	64.383	73.904
Base negativa de contribuição social	257.725	295.624
Crédito de contribuição social sobre base negativa - 15%	38.659	44.344
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.918	188.180
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	15.222	45.987
Provisão para reclamações trabalhistas	3.606	5.080
Provisão para despesas administrativas	19.981	27
Provisão para contingências cíveis	42.621	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	1.703	7.779
Provisão PLR - Administradores	10.140	-
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	15.488	15.487
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.308	190.463
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	(387)	(4)
Perdas em operações de crédito	51.056	-
Outras diferenças temporárias	4.870	8.241
Total de diferenças temporárias CSLL	234.526	461.240
Total de diferenças temporárias IRPJ	224.387	461.240
Crédito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	35.179	69.186
Crédito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	56.097	115.310
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.308	88
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	8.308	88
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	4,65%	4,65%
Total do crédito de PIS e COFINS diferidos	387	4
Total do ativo fiscal diferido	194.704	302.748
Circulante	51.184	165.656
Longo prazo	143.520	137.092

9.3 Composição do passivo fiscal diferido de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS

Consolidado

Passivos fiscais diferidos	2012	2011
Diferenças temporárias:		
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	11.379	4.222
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	11.742	44.818
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado - 4,65%	(1.075)	(2.118)
Ajuste DI futuro	-	256.361
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	(3.209)
Outras diferenças temporárias	-	(468)
Total de diferenças temporárias	22.046	299.606
Débito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	5.512	74.902
Débito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	3.307	44.941
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	11.742	44.818
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	11.379	4.222
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	(467)
Ajuste DI futuro	-	65.986
Base de cálculo do passivo fiscal diferido de PIS e COFINS	23.121	114.559
Alíquota de Pis e Cofins diferidos	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	1.075	5.327
Total do passivo fiscal diferido	9.894	125.169
Circulante	9.894	125.169

9.4 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS

Consolidado

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido	2012	2011
Exercício de 2012	-	165.656
Exercício de 2013	51.183	46.913
Exercício de 2014	18.106	18.964
Exercício de 2015	29.480	18.964
Exercício de 2016	76.772	18.964
Exercício de 2017	11.447	16.992
Exercício de 2018	7.715	16.295
Subtotal	194.704	302.748
Estimativa de realização do passivo fiscal diferido		
Exercício de 2012	-	125.169
Exercício de 2013	9.894	
Subtotal	9.894	125.169
Valor líquido de realização dos impostos diferidos	184.810	177.579

O valor presente do ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2012 considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 162.730 (R\$ 124.229 em 2011).

9.5 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	2012
	Exercício
Resultado antes da tributação	109.224
Resultado de participações em coligadas e controladas	(6.388)
Outras diferenças permanentes - CSLL	27.305
Outras diferenças permanentes - IRPJ	38.082
Base de cálculo - CSLL	130.141
Base de cálculo - IRPJ	140.917
Contribuição social - 15%	(19.521)
Imposto de renda - 25 % deduzidos dos incentivos fiscais	(34.361)
Total de imposto de renda e contribuição social	(53.882)
Imposto de renda e contribuição social exercícios anteriores	131
Encargo líquido de imposto de renda e contribuição social	(53.751)

10 Outros Valores e Bens

Outros Valores e bens	31/12/2012	31/12/2011
Bens de não uso	8.000	-
Imóveis habitacionais	4.025	3.454
Imóveis e bens em regime especial	37.104	15.380
(-) Provisão para perda/ alienação de bens	(15.488)	(15.487)
	33.641	3.347

11 Participações em empresas controladas

11.1 Empresas nas quais o Conglomerado possui investimentos

11.1.1 Controladas do Banco Original S.A.

Matone Promotora Ltda. (Promotora)

Constituída em 23 de setembro de 1997, tem como objeto social a prestação e a promoção de serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, que lhe outorgarem mandatos especiais, promovendo o seu controle, organização de cadastro de informações, cobranças extrajudiciais e outras atividades correlatas; representação comercial em comissão e atividades de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos *call center*.

	Matone Promotora Ltda.
	31/12/2012
Capital Social	112.932
Prejuízo acumulado exercício anterior	(1.201)
Lucro líquido do exercício	10.510
Patrimônio Líquido	122.241
Participação	100,00%
Situação dos Investimentos	
Saldo inicial 31/12/2011	102.698
Aumento de Capital	8.546
Resultado de Equivalência patrimonial	<u>10.510</u>
Saldo final do exercício	<u><u>121.754</u></u>

A diferença de R\$ 487 entre o patrimônio líquido da Promotora e o saldo do investimento que o Banco possui nesta empresa, refere-se ao deságio na aquisição de quotas ocorrida em julho de 2011.

Em 9 de dezembro de 2011, o Banco aumentou o capital social da Promotora em R\$ 90.540, com a consequente emissão de 78.752.062 quotas.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conglomerado concluiu a alienação do seu investimento na Bem -Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A., que gerou uma despesa de equivalência patrimonial de R\$ 3.392.

11.1.2 Controladas do Banco Original do Agronegócio S.A.

Original Negócios Agropecuários Ltda.

A principal atividade da Original Negócios Agropecuários Ltda. (nova denominação social da JBS Negócios Agropecuários Ltda.) é a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Foi constituída em 21 de agosto de 2009 e teve seu capital integralizado em 2 de outubro de 2009.

Original Investimentos Imobiliários Ltda.

Em 12 de julho de 2010 o Banco constituiu a empresa Pecus Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários e gestão

de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento e estruturação de negócios.

Em 21 de maio de 2012 a denominação social da Pecus Administradora de Recursos Ltda. foi alterada para Original Investimentos Imobiliários Ltda.

O capital social da Empresa passou de R\$ 100 representado por 100.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada para R\$ 20.100 com a emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio.

O objeto social passou a ser o investimento em imóveis e direitos sobre empreendimentos imobiliários comerciais ou residenciais, mediante compra e venda de imóveis e a exploração de aluguéis dos imóveis de propriedade da Sociedade.

A Original Investimentos Imobiliários Ltda. ainda não entrou em operação, sendo que o referido capital social encontra-se “a integralizar” em, até 720 dias da data de emissão do contato de compra e venda realizado em 23 de abril de 2012. Na data de 31 de dezembro de 2012, encontra-se registrado na rubrica “Outras Obrigações – Subscrições de capital a integralizar”.

Forsix Administradora de Recursos Ltda.

Em 26 de março de 2011 o Banco tornou-se controlador da Forsix Administradora de Recursos Ltda., via aquisição de 99,99% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na prestação de administração e gestão de carteira de valores mobiliários e administração de fundos para pessoas físicas ou jurídicas.

Em 23 de abril de 2012 foi vendida a totalidade da participação do Banco para a empresa J&F Participações Financeiras Ltda, pelo preço acordado de R\$ 659. A venda gerou um lucro na alienação de investimentos no valor de R\$ 88 registrado na rubrica “Resultado não operacional”. O resultado de equivalência gerado no exercício foi de R\$ (80).

Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda.

Em 15 de setembro de 2011 o Banco tornou-se investidor da Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda., via aquisição de 23,07% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio. Em 7 de novembro de 2012, conforme AGE – Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante R\$ 350, aumento a participação societária para 23,75%.

Conglomerado Financeiro Original
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	Original Negócios Agropecuários	Brasil Agrosec Cia Securitizadora	Original Investimentos Imobiliários	Total
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	
Capital Social	100	3.497	2.100	
Lucro ou prejuízo acumulado	(48)	(605)	-	
Lucro Líquido(Prejuízo) do exercício	(130)	(1.983)	-	
Reserva de lucro	99	-	-	
Patrimônio Líquido	21	909	2.100	
Participação	99,99%	23,75%	99,99%	
Situação dos Investimentos				
Saldo inicial 31/12/2011	151	384	20.098	
Aumento de Capital	-	350	-	
Resultado Equivalência Patrimonial	(130)	(519)	-	
Saldo final do exercício	<u>21</u>	<u>215</u>	<u>20.098</u>	<u>20.334</u>

Em 31 de dezembro de 2011 o Conglomerado possuía participação de 99,99% nas empresas: Original Negócios Agropecuários Ltda., Original Investimentos Imobiliários Ltda. (em fase pré-operacional, com capital a integralizar), Forsix Administradora de Recursos Ltda., e participação de 23,07% na Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda., e participação de 100% na Matone Promotora Ltda. representando um saldo na rubrica de investimentos em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 103.874. O resultado de equivalência patrimonial relativo ao exercício de 2011 foi de R\$ (744).

12 Imobilizado de uso

	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>	
	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Imobilizado custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Imobilizado líquido</u>	<u>Imobilizado líquido</u>
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.541	(676)	865	793
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	-	-	-	283
Sistema de comunicação	10%	1.065	(356)	709	972
Sistema de processamento de dados	20%	12.182	(6.974)	5.208	4.511
Sistema de segurança	10%	68	(28)	40	47
Sistema de transporte	10%	552	(411)	141	197
Instalações	10%	296	(50)	246	8
Outras imobilizações		-	-	-	3
Total		<u>15.704</u>	<u>(8.495)</u>	<u>7.209</u>	<u>6.814</u>

O ativo imobilizado do Conglomerado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

13 Diferido

	31/12/2012			31/12/2011	
	Taxa de amortização	Diferido custo	Amortização Acumulada	Diferido líquido	Diferido líquido
Gastos de organização e expansão	20%	8.382	(6.354)	2.028	4.171
Total		8.382	(6.354)	2.028	4.171

14 Depósitos

Classificação e vencimento

Depósitos	31/12/2012				31/12/2011	
	Sem vencimento	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósito a Vista	10.565	-	-	-	10.565	1.031
Depósito a Prazo - CDB e DPGE	-	53.355	206.882	307.655	567.892	736.748
Depósitos Interfinanceiros	-	36.458	-	-	36.458	186.437
Total	10.565	89.813	206.882	307.655	614.915	924.216

O Conglomerado realiza operações com CDB, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 98% e 130% do CDI e 100% do IPCA; e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,30% a.a. e 13,75% a.a.

Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 100% do CDI; e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% a 130% do CDI, ou 100% do IGPM mais 9% a.a.

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

	31/12/2012				31/12/2011	
	Sem vencimento	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	71.063	126.936	9.730	207.729	377.674

O Conglomerado realiza operações com LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do IPCA e entre 50% e 110,50% do CDI. Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,10% a.a. e 13,30% a.a. Não havia operações pré-fixadas em 2011.

16 Obrigações por repasses do país

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em Custeio, Colheita, Estocagem, e Aquisição de Café. Em 31 de dezembro de 2012, o montante captado foi de R\$ 18.252 (zero em 2011).

Descrição	31/12/2012			Total
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Funcafé - FAC	-	6.131	-	6.131
Funcafé - Custeio	-	4.023	-	4.023
Funcafé - Estocagem	-	6.071	-	6.071
Funcafé - Capital de Giro	-	-	2.027	2.027
Total	-	16.225	2.027	18.252

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

17 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

Composição	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para imposto de renda	27.276	15.529
Provisão para contribuição social	16.820	9.669
Provisão para Cofins a recolher	923	1.355
Provisão para Pis a recolher	150	220
Provisão para impostos e contribuições diferidos	9.894	125.169
Impostos e contribuições sobre salários	2.143	913
IFFR s/ JSCP	14.374	805
Outros impostos e contribuições a recolher	397	702
Total	71.977	154.362

b. Diversas

Composição	31/12/2012	31/12/2011
Passivos Trabalhistas (Nota 18)	3.607	5.080
Provisão Contingências Cíveis (Nota 18)	42.621	-
Provisão Cessão com Coobrigação Crédito Cedidos	95	47.289
Provisão Contingências Consignado	15.916	-
Provisão para PRL e Bônus	19.833	4.890
Provisão de Férias e 13º Salário	2.732	-
INSS s/ Férias e 13º Salário	770	-
FGTS s/ Férias e 13º Salário	219	-
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios (b)	9.359	20.295
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	17.600	-
Cessões de crédito a liquidar (a)	30.627	70.887
Outros Credores	6.130	11.098
Publicações	185	185
Fundo Garantidor de Crédito	165	271
Total	149.859	159.995

- (a) Cessão de créditos a liquidar - Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.
- (b) Valores a pagar para correspondentes bancários.

18 Provisões para passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, o Conglomerado possuía contingências trabalhistas com probabilidades de saída de recursos prováveis no montante de R\$ 3.607 (R\$ 5.080 em 2011) para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.812 (R\$ 3.491 em 2011).

O Conglomerado possui contingências trabalhistas com probabilidade de risco possível no montante de R\$ 1.581 (2011 – zero) para as quais não foram constituídas provisões.

A provisão para contingências cíveis era contabilizada para as ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados. A partir do 4º trimestre de 2012, a provisão passou a ser contabilizada a partir de aplicação de percentual de perda efetiva sobre o montante total das causas cíveis informadas pelos advogados gerando uma provisão de R\$ 42.621. Foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 955. Não havia contingência cíveis prováveis em 2011.

As contingências cíveis possíveis totalizam R\$ 192.311 (2011 - R\$ 69.317) para as quais não foram constituídas provisões.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o Conglomerado não possuía contingências fiscais com risco provável e possível.

19 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social de R\$ 2.098.620 (2011 – R\$ 2.098.620) de domiciliados no País, é representado por 100.000.000 de ações ordinárias, sem valores nominais, totalmente subscritas e integralizadas referentes ao Banco Original do Agronegócio S.A. e 518.913.037 ordinárias e 18.913.036 preferenciais, todas sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas referentes ao Banco Original S.A.

Ajuste de avaliação patrimonial

O registro do valor de mercado das ações de companhia aberta foi obtido através da utilização de preços divulgados pela BM&F Bovespa. Tais ações encontram-se classificadas como “títulos disponíveis para venda”, havendo conseqüente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no patrimônio líquido, considerando os efeitos tributários no valor de R\$ 6.718 (R\$ - em 2011).

Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco provisionou juros sobre o capital próprio dos acionistas, no montante de R\$ 95.826 (zero em 2011), calculados de acordo com as regras fiscais vigentes.

O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 38.330 (zero em 2011).

Dividendos

Em 2011 foram distribuídos dividendos de R\$ 27.559. Foram pagos dividendos no montante de R\$ 2.547 e R\$ 25.012 no primeiro e segundo semestre de 2012, respectivamente.

20 Outras despesas administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Seguro Prestamista	(40)	(2.371)	-
Seguros	-	(76)	(2.153)
Processamento de Dados	(4.957)	(10.347)	(3.336)
Serviços Técnicos Especializados	(25.338)	(51.555)	-
Publicidade e Propaganda	(2.000)	(3.935)	(1.313)
Serviços do Sistema Financeiro (a)	(55.011)	(152.244)	(19.733)
Amortização e Depreciação	(1.962)	(4.153)	(2.551)
Comunicação	(1.164)	(3.488)	(2.734)
Serviços Terceiros	(1.445)	(4.443)	(21.417)
Aluguéis	(3.365)	(7.155)	(1.666)
Despesas Legais e Jurídicas	(387)	(387)	(1.067)
Projetos Reestruturação	(1.000)	(1.000)	-
Transportes e Viagens	(1.338)	(2.386)	(2.348)
Despesa com Materiais e Manutenções	(310)	(506)	(352)
Água, Energia e Gás	(15)	(36)	-
Juros Selic Tributos	-	(328)	-
Gastos com Cartório	-	(83)	-
Outras	(4.390)	(14.331)	(5.651)
Total	<u>(102.722)</u>	<u>(258.824)</u>	<u>(64.321)</u>

- (a) Os valores de serviços do sistema financeiro referem-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

21 Despesas de pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2º semestre 2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Remuneração	9.836	21.444	15.369
Benefícios	4.960	7.427	1.863
Encargos Sociais	9.699	14.323	5.983
Honorários	4.596	5.778	1.370
Outras	212	283	121
	<u>29.303</u>	<u>49.255</u>	<u>24.706</u>

22 Despesas tributárias

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre 2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ISS	63	578	117
Cofins	7.305	27.807	17.148
Pis/Pasep	1.186	4.517	2.786
IOF	1.082	1.082	-
Outras	262	565	77
Total	9.898	34.549	20.128

23 Outras receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Outras Receitas Operacionais</u>			
Recuperação de Créditos Baixados p/ Prejuízo	15.087	27.592	-
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	963	1.239	2.554
Rendas de Garantias Prestadas	223	415	-
Outras	353	558	-
Total	16.626	29.804	2.554
<u>Outras Despesas Operacionais</u>			
Despesas de Cessão de Operação de Crédito	(12.629)	(50.563)	-
Perdas com Créditos Incobráveis	(3.344)	(3.344)	-
Encargos e despesas (b)	-	-	(1.828)
Perdas em Renegociação de Dívidas	-	(7.470)	-
Contingência Trabalhista	(738)	(738)	-
Contingência Cíveis	(42.621)	(42.621)	-
Patrocínio	(800)	(800)	-
Outras	(1.535)	(3.040)	-
Total	(61.667)	(108.576)	(1.828)

- (a) Em 31 de dezembro de 2011, as outras receitas e despesas operacionais referem-se, principalmente, a atualizações monetárias ativas e passivas.
- (b) As outras despesas operacionais em 31 de dezembro de 2011, estão compostas também por perdas com créditos incobráveis e perdas na negociação e intermediação de valores.

24 Transações com partes relacionadas

Remuneração dos Administradores

Benefício pós-emprego - O Conglomerado não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Até a data de 31 de dezembro de 2012, o valor de remuneração fixa dos Administradores (Conselho e Diretoria) totalizou o valor de R\$ 11.887 (2011 – R\$ 7.203).

b. Operações entre Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

Conglomerado Financeiro Original
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	31/12/2012		31/12/2011	
	Ativo/(Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/ (Despesa)
Valores a Receber (a pagar) de				
<u>Pessoas Ligadas</u>				
Matone Promotora Ltda.	302	302	(2.054)	-
Bem Vindo! Promotora de Vendas e Servs. S/A	-	-	23.697	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	835	835	835	-
	1.137	1.137	22.478	-
<u>Titulos de Renda Variável</u>				
S/A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	230.398	-	-	-
JBS S.A.	19.998	-	-	-
	250.396	-	-	-
<u>Outros Valores a Receber</u>				
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	-	-	1	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	10	-	14	89
	10	-	15	89
<u>Outros Valores a Pagar</u>				
J&F Participações S.A.	(83)	(163)	-	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	(660)	-	-	-
JBS S.A.	-	-	-	(510)
	(743)	(163)	-	(510)
<u>Recursos de Aceites</u>				
<u>Cambiais, Lis, LHS,</u>				
<u>Debentures e Similares</u>				
ZMF Fundo de Invest. Part.	(158)	(3)	-	-
Matone Promotora Ltda.	(7.231)	(50)	-	-
Alta Administração	(9.515)	(93)	-	-
Pessoas Físicas Ligadas	(2.839)	(25)	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	-	-	(412)	(12)
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(1)	-	(20)	(6)
Matone Promotora Ltda.	(7.376)	(243)	-	-
S/A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	-	-	(50.091)	-
	(27.120)	(414)	(50.523)	(18)
<u>Depósito a Vista</u>				
JBS S.A.	(332)	-	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda	(49)	-	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(5)	-	-	-
J&F Participações S.A.	(2.028)	-	-	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	(9)	-	-	-
Matone Promotora Ltda.	(22)	-	(75)	-
Bem Vindo! Promotora de Vendas e Servs. S/A	-	-	(22)	-
Alta Administração	(6)	-	-	-
Pessoas Físicas Ligadas	(48)	-	-	-
	(2.499)	-	(97)	-
<u>Depósito a Prazo</u>				
JBS S.A.	-	-	(275)	-
Matone Promotora Ltda.	(6.480)	(196)	(2.937)	(166)
Matone Distrib. de Titul. e Val. Mob.	-	-	-	(33)
Unimatone Educação Corporativa Ltda.	-	-	-	(21)
Bem Vindo! Promotora de Vendas e Servs. S/A	-	-	-	(91)
Pessoal Chave da Administração	-	-	-	(15)
S/A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	-	-	(119.756)	(27)
Outras Partes Relacionadas	-	-	-	(97)
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(9)	-	-	-
ZMF Fundo de Invest. Part.	(1.639)	(22)	-	-
J&F Infraestr. E Construção	(301)	(7)	-	-
	(1.949)	(29)	-	-
<u>Outros Valores a Pagar</u>				
J&F Participações Financeiras Ltda.	80.793	-	-	-
	80.793	-	-	-

25 Limites operacionais

Em 31 de dezembro de 2012 o Conglomerado Financeiro Original, que inclui o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A., encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/1994 e legislação complementar. O índice de Basileia do Conglomerado Financeiro em 31 de dezembro de 2012 é de 43,77% (2011 - 28,20%).

26 Responsabilidades e compromissos

Em 31 de dezembro de 2012, os avais e fianças concedidos a terceiros pelo Conglomerado montam em R\$ 29.172 (R\$ 17.594 em 2011), e coobrigação em cessões de créditos em R\$ 2.841 (R\$ 716.733 em 2011), pelas taxas das cessões.

27 Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2012 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 174.406 (R\$ 231.128 em 2011) referente à carteira própria e carteira cedida e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$ 2.371 (R\$ 2.798 em 2011). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

28 Estrutura de gerenciamento de riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

O Comitê de Gestão de Riscos composto por membros da Alta Administração é o órgão máximo responsável pela deliberação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos.

A identificação, a apuração, o monitoramento e o reporte dos riscos são realizados por unidade específica que dispõe de uma equipe de especialistas, atuando de maneira independente das unidades de negócio (segregação de funções).

Em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no *website*: www.bancooriginal.com.br.

Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”.

O Conglomerado possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway*.

O monitoramento dos riscos operacionais é realizado continuamente por meio de um sistema de registro de eventos de perdas, garantindo que os eventos relacionados a este risco sejam identificados e reportados aos responsáveis pelo seu gerenciamento.

Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

O Conglomerado possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, baseadas nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007.

O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte.

As principais ferramentas utilizadas para a gestão do risco de mercado são: *VaR (Value at Risk)*, *Duration*, Análise de sensibilidade (PV01), Testes de Estresse e *Backtests*.

Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da instituição honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa.

O Conglomerado gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 2.804/2000.

Os métodos utilizados para a gestão do risco de liquidez são: Análise do Fluxo de Caixa, *Gap* de Liquidez, Teste de Aderência e Testes de Estresse.

Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o Conglomerado considera risco de crédito “a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação”.

O gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração.

Para cada tipo de carteira de crédito são analisados os níveis de concentração e as taxas de inadimplência, e atribuídas provisões de crédito adequadas.

29 Outras informações

- **Outros serviços prestados pelos auditores independentes**

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras trimestrais do Banco Original S.A. e Banco Original do Agronegócio S.A., não prestou no exercício outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, onde o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

- **Plano de aposentadoria e pensões**

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Conglomerado, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº600/09.